

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DAS APAS DO ITAJURU, RIO PRETO PONTÃO E ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO – ARIE

No dia vinte e sete do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e trinta e quatro minutos, foi realizada uma reunião ordinária presencial na sede da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade, no Horto Florestal. A seguir, estão listados os membros do Conselho Gestor que participaram da presente reunião: Sra. Adriana Aparecida de Moraes Ribeiro, Secretária de Meio Ambiente e Sustentabilidade e presidente do Conselho; Sr. Sergio Vilhena Vieira, representando a vice-presidência do Conselho; Sr. Robério de Oliveira Torres, representando a EMATER-MG; Sra. Thais de Andrade Batista Pereira Fittipaldi, representando o IEF; Sra. Arielle Canedo Campos, representando a ONG Iracambi; Sr. João Carlos Santos Areias, representando a AMERP; Sra. Roberta Souza Cruz Bastos, representando a UNIFAMINAS; Sr. Renan Pedrosa Pereira, representando a Secretaria Municipal de Obras Públicas e Urbanismo; Sr. Matheus Henrique Santos, representando o corpo de Bombeiros; Sra. Alexandra de Fátima Nogueira Dias, representando a Secretaria Municipal de Educação; Sr. Anderson Oliveira da Silva, representando o DEMSUR; Sr. Max Lenine Rezende de Oliveira, representando o IF-Sudeste; Sra. Fabrine Odete da Costa Reis, representando a Secretaria Municipal de Saúde. Registrou-se a presença da Sra. Marina Valente Soares Vermelho, Diretora de Gestão e Proteção Ambiental, da Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade, Sra. Noemia C. M. Souza, representando o LIONS. O Sr. Sergio Vilhena Vieira deu início à reunião cumprimentando os presentes e apresentou a pauta referente ao Plano de Manejo da ARIE Guido Thomás Maliere, destacando que o referido plano já havia sido previamente enviado aos membros do Conselho para análise e eventuais sugestões de alteração. O Sr. Sergio Vilhena Vieira discorreu sobre o zoneamento ambiental da ARIE, a zona de amortecimento e as diretrizes relativas ao uso e ocupação do solo. Informou, ainda, que as alterações solicitadas tanto pelos membros do Conselho quanto pela empresa FLORA, responsável técnica pelo plano, foram devidamente incorporadas, dentro das possibilidades legais e técnicas. Esclareceu sobre quais atividades são permitidas e quais não são passíveis de realização, conforme critérios estabelecidos. A Sra. Thais de Andrade Batista Pereira Fittipaldi solicitou que fosse incluído, de acordo com diretrizes da Deliberação Normativa 217, as atividades as quais estão determinadas como de baixo impacto. Reforçou que as atividades passíveis de autorização deverão ser apresentadas ao Conselho. Na sequência, a Sra. Marina Valente Soares Vermelho apresentou as atividades passíveis de ato autorizativo na zona de amortecimento, procedendo à leitura, tópico por tópico, para ciência dos membros. A Sra. Thais de Andrade Batista Pereira Fittipaldi questionou se a zona de amortecimento da ARIE abrange alguma área rural, sendo respondido pelo Sr. Sergio Vilhena Vieira que não. No que se refere às atividades passíveis de ato autorizativo, conforme itens lidos pela Sra. Marina, destacou-se o item III: “O plantio de espécies nativas para a recuperação das áreas de preservação permanente”, cuja sugestão partiu do Sr. Sergio Vilhena Vieira, uma vez que, para a efetiva recuperação dessas áreas, é necessário que sejam utilizadas espécies adequadas. Durante a leitura dos itens, o Sr. Sergio Vilhena foi esclarecendo, um a um, os pontos abordados. No item VI, que menciona “Os projetos de expansão, duplicação ou construção de novas vias desde que prevejam a instalação de dispositivos de passagem de fauna”, a Sra. Thais de Andrade Batista Pereira Fittipaldi solicitou que fosse explicado aos membros o conceito de passagem de fauna. O Sr. Sergio Vilhena esclareceu que se trata de uma estrutura construída com a finalidade de permitir que animais silvestres atravessem vias com segurança, garantindo a conectividade entre os habitats naturais e promovendo o livre deslocamento das espécies, o que é essencial para sua sobrevivência. Em relação ao item IX, que dispõe: “As edificações já existentes na Área de Relevante Interesse Ecológico, quando se tratar de situação consolidada e irreversível, serão mantidas”, a Sra. Thais de Andrade Batista Pereira Fittipaldi propôs a inclusão da expressão “desde que tenha permissiva legal”. A sugestão foi acatada. A mesma conselheira sugeriu, ainda, a inclusão, entre as atividades permitidas, de ações preventivas para combate a incêndios na Unidade. O Sr. Sergio Vilhena Vieira propôs que futuras edificações contemplem áreas não edificantes, com o objetivo de estabelecer faixas de proteção. No item I, que

trata do parcelamento do solo — “O parcelamento do solo, desde que a matriz do imóvel seja registrada em cartório de imóveis e haja aprovação de projeto urbanístico pelo órgão competente, que deve priorizar os conceitos do planejamento urbano e da sustentabilidade ambiental” — foi solicitada a inclusão de uma faixa não edificante de 5 (cinco) metros na área de amortecimento. A sugestão foi acatada. Prosseguindo com a discussão sobre os usos e atividades proibidas na zona de amortecimento, no item I, que diz: “A implantação ou ampliação de empreendimentos de significativo impacto ambiental (ex.: de médio e grande porte, entre outros)”, foi sugerida a inclusão de uma faixa de 5 (cinco) metros não edificantes. Sugestão igualmente acatada. O Sr. Sergio Vilhena Vieira registrou, como observação, que “as medidas compensatórias decorrentes dos licenciamentos ambientais que venham a ocorrer na zona de amortecimento devem ser destinadas à gestão da ARIE”. A Sra. Adriana Aparecida de Moraes Ribeiro sugeriu que constem, expressamente, no Plano de Manejo, as atividades proibidas dentro da ARIE, como, por exemplo, a realização de treinamentos militares (tiro de guerra), entre outros. A Sra. Thais de Andrade Batista Pereira Fittipaldi reforçou a necessidade de listar essas vedações de forma explícita, apresentando exemplos como: presença de animais domésticos, realização de churrascos, treinamentos militares, horários de funcionamento para entrada e saída de pessoas, entre outros, e que tais atividades não estão contempladas no Plano de Manejo. Diante das considerações, a Sra. Marina Valente Soares Vermelho propôs realizar um levantamento com as sugestões dos membros e encaminhá-las ao Conselho. A Sra. Thais de Andrade Batista Pereira Fittipaldi sugeriu que, na prática, a melhor forma de sistematização seria a equipe técnica elaborar as ideias e propostas, com a definição dos usos permitidos e não permitidos, e posteriormente submeter à deliberação dos membros, visto que a equipe técnica possui o conhecimento e vivência específicos da ARIE. A proposta foi acolhida por todos os presentes. A Sra. Adriana Aparecida de Moraes Ribeiro informou que, com a reativação do horto, o fluxo de pessoas aumentou consideravelmente, o que reforça a necessidade de ter essas normas devidamente descritas no Plano de Manejo, para que haja respaldo legal e organizacional nas ações de gestão. O Sr. Robério de Oliveira Torres solicitou alteração no item II, que atualmente menciona: “Ocupação de áreas de preservação permanente (ex.: nascentes, margens de rios e encostas com mais de 45°), à exceção para a recuperação das mesmas”, propondo a substituição do termo “ocupação” por “intervenção”. A solicitação foi acatada. Dando sequência, a Sra. Adriana Aparecida de Moraes Ribeiro informou que haverá uma reunião com o Secretariado da Prefeitura para alinhamento quanto ao que é permitido ou não dentro da ARIE, e reforçou que quaisquer ações ou projetos que a Prefeitura venha a desenvolver devem ser previamente consultados e compatibilizados com o Plano de Manejo. Por fim, a equipe técnica ficou responsável por elaborar um documento contendo as descrições e especificações delimitadas por zonas, definindo os usos permitidos e não permitidos na ARIE, conforme deliberado pelos membros presentes. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião as dez horas e vinte e quatro minutos, sendo lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros presentes.

